



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

## **A IDENTIDADE MEDIADORA NA POLÍTICA EXTERIOR DAS POTÊNCIAS EMERGENTES DO SÉCULO XXI: ÍNDIA E BRASIL**

**Taynara de Souza Dettmann Adami**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais pela  
Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão

Brasília

2019

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da atuação mediadora de Índia e Brasil, amparado na teoria Construtivista, com o intuito à percepção da construção de uma identidade coletiva indo-brasileira, neste século XXI. Na mesma perspectiva, esta análise reconhece que através do estudo da política exterior da Índia e do Brasil, é coeso empreender os interesses que impulsionam a ação internacional, bilateral e multilateral. Ademais, tais elementos são prelúdio ao desenvolvimento das capacidades dos países emergentes e contribuem para uma reconfiguração dos processos decisórios da ordem mundial do pós-Guerra Fria.

Palavras-chaves: Países Emergentes. Identidade Coletiva. Mediação Internacional. Ordem Mundial. Política Exterior.

## **ABSTRACT**

The present paper aims to analyze the effects of the mediating action of India and Brazil, based on Constructivism, with the intention of the perception of the construction of an Indo-Brazilian collective identity, in this XXI century. In the same vein, this analysis recognizes that through the study of India and Brazil's foreign policy, it is cohesive to undertake the interests that drive international, bilateral and multilateral action. In addition, such elements pre-empt the capacity development of emerging countries and contribute to a reconfiguration of the decision-making processes of the post-Cold War world order.

Keywords: Emerging Countries. Collective Identity. International Mediation. World Order. Foreign Policy.

## INTRODUÇÃO

As novas potências do século XXI, essencialmente as potências emergentes, desafiam a lógica de compreensão tradicional da ordem mundial. Os países emergentes ocupam lugar cada vez maior nas trocas internacionais políticas e econômicas. O que faz com que seja inconcebível discutir e pleitear a resolução de grandes problemas internacionais na ausência das novas potências, tal como Índia e Brasil.

Portanto, em um mundo que se conecta mesmo sem estar adjacente, é justificável se pensar as relações entre dois atores distintos, como Brasil-Índia, na construção de uma identidade coletiva. Embora distantes territorialmente, as duas potências em desenvolvimento compartilham algumas semelhanças, tal como serem países com grande densidade territorial e demográfica, a busca pelo desenvolvimento econômico e social, inspiração por transcender as barreiras da desigualdade social, além de serem multiétnicos, multiculturais e multirreligiosos.

Vale-se neste estudo, portanto, de Índia e Brasil por perceber que, além de compartilhar congruências econômicas sociais e políticas, os dois países são vistos como um *standard* do que seria a reflexão de “países emergentes mediadores”. Entretanto, tal recorte de países não exclui outros emergentes, segundo Benachenhou (2013), como potenciais mediadores na ordem mundial, bem como África do Sul, Turquia, Coreia do Sul, Malásia, Chile, Indonésia, México, Rússia e alguns consideram a própria China

Deste modo, o desígnio deste estudo se desponta como um esforço em representar as potencialidades dos emergentes, por meio da Índia e do Brasil, a fim de perceber a maneira que a criação de uma identidade mediadora, emergente, origina uma nova concepção de partilha ampliada das fontes de poder mundial. Portanto, o desenvolvimento deste trabalho simboliza, além do esforço de compreender a identidade dos emergentes, um esforço em se pensar a importância dessas potências em tempos de laborioso trato e profundas mudanças políticas e econômicas globais

## 1. A NOVA ORDEM MUNDIAL: O PÓS-GUERRA FRIA E A REORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS

O Século XX trouxe significativas mudanças para a organização internacional dos Estados, ou ordem mundial. Alguns teóricos acreditam que os acontecimentos da primeira metade do século tenham sido uma espécie de "manjedoura para o nascimento da nova ordem", que surgiria no fim do século. O fim da supremacia europeia ocidental, que foi descortinado pelo conflito entre duas superpotências inéditas, em 1947, transcreve o legado das duas guerras antecessoras.

A transição no equilíbrio de poderes, iniciada com a Guerra Fria, preludia o reordenamento dos processos políticos e econômicos mundiais, com desdobramento próprios. A gerência da União Soviética e dos Estados Unidos por meio de uma ordem bipolar denota que o mundo passava por uma espécie de "canteiro de obras", ou uma "conjuntura histórica de transformação" (SARAIVA apud Labrousse).

Ao mensurar a significância de ordem, nas Relações Internacionais, é preciso pensar no período histórico ao qual se retrata. Apesar das diversas transformações oriundas do intenso século XX, as duas últimas décadas culminaram em um efetivo esforço para o estabelecimento da ordem mundial hodierna.

Portanto, as mudanças do pós-Guerra Fria são veemente profundas e extensas, e suas consequências podem ser percebidas nos dias que correm, conforme afirma Rosenau (1992). O colapso Soviético, além de findar o conflito baseado na bipolaridade da ordem, representou a consolidação de um novo arranjo de polaridade, que favoreceu à primazia norte americana e a propagação da democracia liberal, como observa Fukuyama (1992).

Inicialmente, percebeu-se um momento de "unipolaridade" na ordem mundial. Logo, a medida que se considera hegemonia como a capacidade de exercer poder legítimo sem contestação, os Estados Unidos no pós-Guerra Fria pôde ser alocado como hegemonia; por possuir tamanho patrimônio político-econômico capaz de influir no globo

A concepção de mudança na polaridade diz quanto a distribuição do poder à nível global. No processo de reconhecimento das fontes de poder, podem ser reconhecidas múltiplas fontes como militares, econômicas, morais, culturais, intuitivas. Deste modo, as fontes de poder, desde o fim da Guerra Fria, se caracterizam pela constante metamorfose. Como afirma Nye (1990, p.183) "the sources of power are never static and they continue to change today's world".

Todavia, enquanto recessões econômicas, geradas principalmente pela alta inflação, atormentavam o mundo desenvolvido na década de 1980 e 1990, partes do mundo em desenvolvimento ainda sofriam com insurgências, guerras civis, fome, genocídio e limpeza étnica. A exemplo do colapso da federação Iugoslava e o conflito étnico que provocou o massacre genocida em Ruanda. Também, o desmantelamento da Rússia soviética e da Europa Oriental, provocou uma onda de descolonização que fomentou o surgimento de novos estados.

A reorganização dos Estados no pós-Guerra Fria não modificou somente o espaço geográfico mundial, com a onda de descolonização, mas alterou a afluência do poderio mundial. Portanto, neste momento pós-Guerra Fria, com a intensificação dos fluxos econômicos de informações e de pessoas, é possível compreender que a Comunidade Internacional, pensada em Vestefália, teve de se adequar a um novo arranjo, onde os Estados, indivíduos e organizações fizessem parte deste rearranjo, como trata Keohane e Nye (1989).

Neste último meio século, qualquer concerto de nações tem de ajustar-se a realidade da emergência e afirmação do direito internacional, a disponibilidade assimétrica do poder (...), mas também a lenta disseminação de normas, obrigações e princípios gradualmente incorporados ao sistema de relações internacionais pelas grandes organizações internacionais. (SARAIVA, 2008, p. 151)

Contudo, neste novo arranjo, apesar de os Estados possuírem personalidade jurídica semelhante, factualmente, possuem um “peso” desigual nos processos decisórios mundiais e no Sistema Internacional. Por tal motivo, cada Estado busca reafirmar sua posição no mundo.

Todavia, é importante elucidar que a concepção de ordem mundial a partir das ideias ocidentais não é uma verdade irrefutável. O ocidente, sozinho, não forjou a ordem mundial presente. Na realidade, a liberalização mundial é parte do processo dos movimentos anticoloniais que atuaram contra as forças ocidentais. Como cita Stuenkel sobre os não ocidentais:

Eles conseguiram, notavelmente, estabelecer a norma global no apogeu do domínio do Ocidente nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, momento em que os relatos históricos tradicionais descreverem a agência não ocidental como inteiramente ausente" (STUNKEL, 2018, p. 10)

Ainda segundo Stuenkel, nossa compreensão da criação da ordem de hoje, suas formas e previsões sobre o futuro, são limitadas porque buscam imaginar um mundo "pós-ocidental" a partir de uma perspectiva essencialmente ocidentocêntrica. Os atores não ocidentais ainda são

vistos como "passivos as regras da sociedade internacional -ou resistem ou socializam dentro da ordem -, mas raramente são vistos como formuladores" (STUENKEL, 2018, p. 13).

De fato, a nova ordem mundial é representada política e economicamente pela configuração democrática e liberal, uma ordem de cunho ocidental. Sobretudo, a nova ordem aponta para a necessidade da partilha das normas democráticas internas e externas. Portanto, uma ordem global futura, fora do domínio ocidental, costuma ser vista sob uma ótica de invalidez.

Todavia, para uma compreensão mais justa das relações internacionais, pós-Guerra Fria, é necessário ir além da visão de mundo ocidentocêntrica com o propósito de avaliar adequadamente a ordem mundial vigente e seu inevitável desenvolvimento. A nova ordem internacional, portanto, tem necessidade de contemplar as demandas além do mundo desenvolvido, respaldando-se nas demandas dos países em ascensão, emergência.

## **1.1. OS PAÍSES EMERGENTES**

Na década de 1970, era comum a utilização do conceito de países menos desenvolvidos. Contudo, o termo foi substituído por "países emergentes". O termo "países emergentes", segundo o *The Economist* (2017), foi concebido por Antoine van Agtmael ainda em 1981, quando trabalhava para a Corporação Financeira Internacional, uma divisão do Banco Mundial.

Antoine esperava nomear o que acreditava ser um conjunto de países promissores, que detinham uma grande capacidade de atrair investimentos para que conseguissem prosperar, ou seja, países que possivelmente poderiam transcender o status de em vias de desenvolvimento para o status de desenvolvido. Logo, países que não eram muito ricos, nem muito pobres e não tão fechados aos investimentos estrangeiros.

Segundo Carneiro (2008) as grandes mudanças estruturais oriundas do fim da guerra, abriram possibilidades para o aparecimento das potências emergentes. A expressiva ascensão econômica e social dos países em desenvolvimento no sistema global, fez surgir a necessidade de rearranjo e acomodação do fenômeno emergente.

Por vezes, neste século, diversos teóricos do campo das Relações Internacionais buscam assimilar a divisão do poder mundial, bipolar, unipolar, multipolar, unimultipolar, apolar. Contudo, hodiernamente, é inconcebível mensurar a divisão do poderio mundial e o processo decisório, sem transitar a lógica dos países que crescem econômica e politicamente na presença global.

O impacto econômico-político dos emergentes e suas atribuições perspectivas de crescimento ainda é fenômeno nupérrimo às análises de relações internacionais. Da mesma maneira que países emergentes criaram uma nova situação de partilha do poder, ampliaram as suas fontes; a ordem internacional, que contempla os emergentes, não é homogeneizada, mas sim descentralizada.

Contudo, o reconhecimento de países emergentes, por vezes, não é uma tarefa espontânea. Porém, em vias de regra, os emergentes são os países que se diversificaram economicamente por meio de investimentos e inserção na demanda mundial, de bens e serviços. Benachenhou caracteriza o perfil típico dos emergentes:

É o de um país que tenha conseguido a diversificação de sua economia, desenvolvendo principalmente os produtos de maior demanda no mercado mundial; que goze frequentemente de uma intermediação financeira eficaz, com uma indústria bancária eficiente e um mercado de capitais dinâmico, que disponha de uma base agrícola forte, capaz de limitar sua fatura de importações e consolidar a indústria agroalimentar"(BENACHENHOU, 2013, p. 199)

A notável participação dos mercados emergentes nas reservas mundiais ostenta números impressionantes. As reservas cambiais mundiais, que são de responsabilidade das economias emergentes, migrou de 20% em 1990 para cerca de 75% em 2008, segundo o Banco Mundial (2018).

Contudo, apesar do fenômeno emergente ser reconhecido essencialmente pela ascensão econômica e dinamicidade dos níveis de crescimento, além da transformação do processo de produção e produtos, os países emergentes são modelos de busca pelo desenvolvimento social e político, as sociedades e seus objetivos se transformam pela ação da emergência.

A redução da pobreza, o fortalecimento das classes médias no plano internacional, a redistribuição mundial de conhecimentos e tecnologias, o poder aquisitivo mais bem distribuído e um mundo mais multipolar são objetos de satisfação decorrentes da emergência (Benachenhou, 2013). A sociedade emergente demanda uma distribuição mais justa dos frutos do vertiginoso crescimento, em ambas esferas interna e externa.

## **1.2. A PERSONALIDADE INTERNACIONAL DOS PAÍSES EMERGENTES**

A configuração não homogeneizada do Sistema Internacional, ampara a busca por mais espaço nos processos decisórios e lastreia uma percepção que vai além do usual

compartilhamento de objetivos entre as potências emergentes. A construção de uma personalidade internacional, portanto, urge como um *modus operandi* de países emergentes, indicando um caminho à prosperidade e a transposição de desafios dessas nações.

Ao passo que os países emergentes compartilham desafios para se desenvolverem, compartilham igualmente de alguns mecanismos para uma maior integração à arena internacional. A dupla atuação se dá em razão da capacidade em atrair investimentos e captação dinâmica de recursos, mas também porque os países emergentes dotam-se de capacidades próprias no trato exterior.

No tocante das grandes articulações internacionais, há uma movimentação de inserção partindo dos emergentes. Os países emergentes propendem a agrupar-se com propósito de dar vazão a seus desejos no cenário internacional, portanto, há formação de diversos grupos de emergentes. Alguns notórios exemplos são o Grupo dos 20+<sup>1</sup>, IBSA (Índia, Brasil e África do Sul), MIST (México, Indonésia, Coreia do Sul, Turquia) e BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). De modo geral, inspirados pela complementaridade econômica e social, os países buscam promover uma maior interação e uma maior troca de vivências a fim de influenciar mudanças na governança global.

Embora a trajetória dos emergentes não seja recente, a crise financeira, iniciada em 2007, trouxe uma nova perspectiva para tais países, fortalecendo-os como um "grupo". Em vista disso, Kose e Prasad (2010, p.9) afirmam que as economias emergentes, como um grupo, conseguiram reagir razoavelmente melhor à recessão global do que as consideradas economias avançadas.

O mundo que viu o rápido crescimento econômico dos países emergentes, nas décadas prévias, presencia um processo transpassado às esferas do convívio político internacional. Inspirados pelo desafio duplice de harmonizar o desenvolvimento interno com o desenvolvimento externo, o trato dos países emergentes se dá a fim de agir por uma perspectiva própria às adversidades globais.

Os países emergentes podem ser considerados como "empreendedores políticos" na constituição das ações políticas internacionais. A convergência de princípios e identidade entre os participantes, nos termos de Pizzorno (apud Santos, 1989), trata-se de uma ação coletiva não utilitarista, de formação de uma "identidade social".

---

<sup>1</sup> África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábwe), Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e doze da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).<sup>[7]</sup> Quatro são as nações não permanentes, sendo três no continente americano (Colômbia, Costa Rica e El Salvador) e uma na Europa (a Turquia).



Em suma, a identidade social emergente busca gerar uma "governança progressiva" no plano internacional, como cita Cardoso (2000, p. 200). Embora a ordem internacional seja composta por uma vasta bagagem política, econômica, social, cultural, o esforço em se ressignificar um Sistema Internacional congruente com os espaços que são conferidos aos países emergentes, é congruente com a incessante mutação das relações internacionais.

## **2. IDENTIDADES, VALORES E ASPIRAÇÕES NAS POLÍTICAS EXTERNAS: A IDENTIDADE MEDIADORA DOS PAÍSES EMERGENTES NA NOVA ORDEM MUNDIAL**

Ao se pensar identidade no nível individual é importante perceber que a constituição da identidade própria se dá em torno da percepção do outro. Ou seja, muito do que é constituído como o "outro" exterior dá significado ao "eu". Todavia, a complexidade da determinação da identificação individual se amplia ao pensamento da identidade de uma nação, que posteriormente será concebida em valores, política exterior, e política externa.

Contudo, no caminho à compreensão da identidade, valores e aspirações na política externa de uma nação é justo o diálogo com a Teoria das Relações Internacionais. A ótica pós-positivista, construtivista, que parte do princípio que a realidade é “socialmente construída”, tomou força no campo teórico das Relações Internacionais nos anos 1980. A compreensão construtivista do ambiente internacional concebe que a realidade é um resultado complexo do mundo social e das condutas coletivas.

A conduta de significação coletiva faz com que se adquira identidades, pois a identidade é a base para a triagem dos interesses nacionais. Para Wendt (1999, p.339) os entes “não possuem um portfólio de interesses que carregam por aí independentemente do contexto social; em vez disso, eles definem seus interesses no processo de definição da situação”. Deste modo, tal compreensão da identidade amplia o entendimento dos interesses nacionais que são traduzidos em política externa.

Portanto, segundo as concepções construtivistas, por conta do conceito de interação social, as compreensões quanto a identidade quebram o paradigma realista e liberal entre o sistema e o nível de análise em Estados. Assim, provê uma ampla perspectiva analítica de ambos agentes constitucionais de um Estado ou sistema, agente ou estrutura.

Constructivists define structure in terms of social relationships and shared meanings, differing on the component elements and their relative importance. These elements may include clusters of rules, norms, principled beliefs, shared knowledge, practices, and even material element." (Viotti, Kauppi, 2013, p.284)

Contudo, apesar da identidade fornecer um nível de análise pertinente, o viés construtivista acredita que a identidade possa se alterar através do tempo e dos contextos. Conforme afirma Viotti (2013, p.288) "identidades não são características imutáveis de

indivíduos, grupos, estados ou qualquer agente que se esteja examinando. Identidades são produzidas e não são dadas". Portanto, as identidades possuem recursos de alteração por meio da influencição, que podem ser tanto exógenos quanto endógenos.

Segundo Berger e Luckmann (1997), é por meio da interação recíproca, ou “tipificação recíproca” em outras palavras, que criamos e instanciamos estruturas sociais relativamente duráveis, nos termos dos quais definimos nossas identidades e interesses. A construção da identidade não é limitada para as perdas de outro ator ser amigo ou inimigo. O ponto é que enquanto as interações das nações contribuem para a construção das normas, compromissos e instituições das relações internacionais, eles se tornam também influência na identidade e no comportamento dos Estados.

O papel construtivista é justamente o de referenciar a identidade e os interesses nacionais como caminhos para a construção da política exterior. Portanto, com respaldo teórico construtivista, é possível perceber os aspectos da personalidade internacional que constituem a identidade mediadora e a captação de interesses nacionais das potências emergentes, Brasil e Índia, que serão traduzidos em política exterior e política externa.

Portanto, a identidade, o interesse nacional e a política externa estabelecem entre si uma relação simbiótica. A política externa é a reprodução dos interesses de um Estado-nação em política pública, é a tradução do vigor político de uma instituição para a sociedade internacional, assim como afirma Lafer (2001, p.16), é “traduzir necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino, que é no meu entender a tarefa da política externa, considerada como política pública”.

O valor de uma política externa que sirva como bússola às ações de um país no cenário internacional é imensurável, dado que a “leitura” – destino, ambições e função na sociedade internacional – de um Estado é feita através de sua política externa por outros e por ela mesma. E a ausência de uma política externa vívida, faz o processo decisório extremamente fraco e subalterno à vontade de terceiros, assim como alude Amado Cervo (2008, p.10): “A ausência de uma política externa traz a infância política a uma Nação, de modo que esta necessite ser tutelada”. Diante disso, é necessária uma clara afirmação e constante reafirmação.

Uma vez que cada Estado-nação possui um ponto vista *sui generis* sobre o mundo que o cerca e seus desígnios, Ortega y Gasset (1958, pp.143-159) mensuram que a perspectiva é um dos componentes da realidade, pois “a perspectiva não deforma a realidade, mas a organiza”. Esta reflexão expressa como a escolha dos interesses nacionais de cada Estado é parte de sua autêntica composição particular de mundo, ou identidade.

Logo, por meio do estudo da identidade nacional e internacional, e dos interesses nacionais e política exterior do Brasil e da Índia, é possível perceber o novo papel das potências emergentes. Sobretudo, perceber a importância que exercem no âmbito da mediação regional e mundial. Tal ideia desafia a lógica supressiva do convívio internacional com as grandes potências.

## 2.1. ÍNDIA

O sudoeste asiático é uma das regiões mais voláteis no planeta. A caracterização da região se dá em grande parte por uma intensa multiétnica, com amplas divisões internas. A Índia ocupa uma posição preeminente no Sul da Ásia, seja em termos populacionais, de recursos naturais, econômicos, forças militares, recursos industriais e tecnológicos.

Entretanto, o Estado que se viu independente, em 1947, da condição de colônia britânica, trilhou um árduo caminho desde a liberdade até o estabelecimento da entidade cultural e política que é a Índia hodierna. Desde o estabelecimento do Estado Indiano, o sistema político da Índia buscou garantir os mais amplos direitos democráticos e liberdades, evoluindo cuidadosamente conforme a realidade diversa que lhe era conferida. (VENKAT LOKANATHAN, 2013)

É importante mensurar que apesar da Índia possuir um *ethos* nacional, a civilização milenar e diversa do país é complexa. Portanto, a caracterização étnica, cultural e religiosa marcada pelos particularismos e diversidade é decorrente das inúmeras invasões. Conforme cita Visentini (2011), a cada nova conquista/migração era estabelecida uma nova casta e mesmo religião, sobrepondo-se às pré-existentes, fazendo surgir hierarquias e tornando complexas as divisões sociais e trabalhistas.

A mais recente e significativa dominação foi a dominação inglesa. A Índia moderna, de certa forma, foi forjada a margem das influências da Índia Britânica. A saber, o processo de conquista da Índia foi realizado em etapas pela Companhia Britânica das Índias Orientais, como cita Visentini (2011, p.28) "A conquista da Índia foi resultado de várias guerras e complexas negociações diplomáticas, sobre um sistema fracionado, operou a clássica diplomacia britânica".

Contudo, a Índia moderna ainda se destaca por uma identidade hindu fechada e subordina a outras identidades de classe, gênero e casta etc (OLIVEIRA, 2006). De fato, o hinduísmo é um ponto importante para compreensão da identidade coletiva, que foi idealizada

pelo movimento "Hindu", enraizada em uma cultura contínua e homogênea, que pertence a um povo específico.

Em termos políticos, Jawaharlal Nehru é considerado o arquiteto da Índia moderna, por conta de seus cuidados frente à tumultuosa situação doméstica nos anos pós independência. A Índia pouco depois de sua independência era um país essencialmente marcado pela economia rural e pelo baixo desenvolvimento socioeconômico. Considerada, em nível global, um país com "pouca poupança, crescimento lento e pobreza crescente, especialmente nas zonas rurais, devido ao robusto aumento demográfico" (Benachenhou, 2013, p.59).

Entretanto, o momento pós independência da Índia representa uma mudança na demanda pelo desenvolvimento econômico e social. A Índia, protecionista, que por anos viu-se frente a falta de competitividade de seus produtos em relação ao mercado internacional, tateou ao processo de diversificação de sua economia, que deu início na década de 1980, a fim de mostrar-se assertiva a partir da redução da intervenção do Estado e da ampliação da indústria.

Logo, durante as décadas de 1980 e 1990, as taxas de crescimento se alteram, enquanto a indústria cresceu cerca de 8,07% ao ano em 1981 e 11,29% em 1995, o crescimento do produto interno bruto -PIB- em 1981 era 6,06% e em 1998 chegou a marca de 9,62%, segundo dados do Banco Mundial (2019).

À vista, do fomento do setor privado, das exportações e redução das restrições, a nação indiana valeu-se em parte da internacionalização e competitividade econômica para estreitar sua emergência econômica e social. Entretanto, as políticas públicas representam um grande pilar para o desenvolvimento do setor industrial e, principalmente, do setor de externalização dos serviços e bens. É crucial destacar o papel das autoridades políticas.

Em termos de política externa, é importante perceber as fases que perpassam o desenvolvimento da Índia desde a sua independência. A primeira fase da política externa indiana, que foi de 1947 até 1962, é marcada pelo desígnio inicial do desenvolvimento socioeconômico, consolidação da Índia como um ator regional e internacional, idealismo e não-violência. Gandhi e Nehru são a inspiração da busca em preservar a paz e ampliar a liberdade humana. Além das predileções pacíficas, a Índia engajou-se ao combate do colonialismo e imperialismo, sendo um dos principais atores no combate ao Apartheid na África do Sul.

Nova Déli defendia o direito de definir interesses próprios em matéria de política externa, sem qualquer ingerência de outros países. Essa política permitiu à Índia manter-se equidistante das divergências ideológicas então existentes entre as duas superpotências. " (Guimarães, 2009, p.73)

A partir de 1962, a política externa da Índia se encontrava em um cenário difuso, que é intensificado com a morte de Nehru. Além do período pós Nehru ser marcado por uma fraca governabilidade, é marcado por uma ruptura na política externa da Índia, principalmente com o sul da Ásia, fazendo surgir conflitos. Pois, embora haja um plano de fundo cultural comum e experiências políticas compartilhadas, o espaço do sul da Ásia há entraves conflituosos recorrentes, como o Índia e Paquistão.

O efeito negativo dos conflitos, além de gerar um desconforto, compromete a vida e afeta a política entre nações. Mesmo que o sul da Ásia tenha emergido como uma região unida, através de instituições, como a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (ASACR), a coesão de cooperação se encontra por vezes dificultada em seus processos. “South has come into a sharp focus ever since India and Pakistan carried out multiple nuclear. The entire international community is seriously worried out over the disastrous consequences of nuclear south Asia” (Sajad Ibrahim, 2013, p.12). A complexidade política do sul da Ásia é enorme, assim a insegurança da Índia com sua vizinhança gera múltiplos problemas para o sul da Ásia.

The pre-eminence of India in the South Asian power configuration given its geography, demography, economy, and ecology is something about which neither India nor its neighbours can do nothing accept. Thus, the main theme of this doctrine is that south Asia is to be regarded as an Indian backyard" (Ibrahim, 2013, p.14)

O período da política externa que vai de 1971 até 1989 pode ser denominado por uma inevitável influência da Guerra Fria. Com o crescimento político da primeira-ministra Indira Gandhi (1966-1977 e 1980-1984), marcou um período de apofonia, ao manter um relacionamento próximo com a União Soviética, a fim de obter voto soviético no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, com vistas da interferência da Índia no Paquistão, durante a Guerra de Independência de Bangladesh. Todavia, durante o fim da década de 1980 e início da década de 1990, a política externa indiana buscou transcender suas orientações, e designar-se mais precisamente aos seus interesses econômicos e de desenvolvimento.

Apesar, da Índia do pós-Guerra Fria passar por um momento de volatilidade em suas políticas públicas internas e externas, o país buscou engajar-se na diplomacia multilateral a fim de centrar-se com as sinergias operacionais para garantir benefícios globais e regionais (Prabhakar, 36). Entretanto, a instabilidade muitas vezes faz parte do processo de desenvolvimento e mudanças. De certa forma, o progresso econômico da Índia gerou uma

sensação de intensificação dos conflitos sociais e políticos, quanto a geração de recursos e o crescimento da população.

Hodiernamente, a Índia apresenta uma expressão no cenário internacional diversa da que possuía antes da Guerra Fria, partindo de uma premissa pragmática para a ampliação de suas potencialidades. A Índia busca por meio da priorização de suas relações externas com a vizinhança do sul da Ásia e do entorno próximo do leste asiático, uma estratégia de manter-se estável e ampliar sua relevância regional.

Desde sua independência, a Índia busca, por meio do anseio em sustentar sua autonomia e o direito de traçar seus desígnios, traduzir à sua política externa e relações internacionais um carácter pragmático. De fato, o desenvolvimento econômico aliado à inserção internacional, abertura do mercado, e o novo status nuclear, trouxera à Índia uma autoridade internacional, dando significado e promovendo a atuação internacional.

A Índia se reconhece como uma potência global e uma liderança regional, e não necessariamente restrita ao sul da Ásia. A política externa indiana é baseada na premissa de um ator emergente, no plano internacional, que busca por meio da cooperação empreender uma posição política e econômica mais equilibrada, além de permitir a superação dos desequilíbrios sociais e territoriais domésticos.

Segundo Aymard e Auboyer (1977, p. 219) é dotada de uma força civilizatória que parece emanar de seu próprio solo, prezando pela conquista pacífica, a essência indiana capta com grande sutileza a multiplicidade universal, longe de repeli-la, busca verificar seus efeitos a fim de levantar um diverso inventário. Igualmente, a complexidade das relações internacionais da Índia pode ser percebida a partir da participação do país em diversas instituições internacionais, bem como SAARC, BRICS, IBAS, União Africana, G-20, Organização do Tratado do Atlântico Norte, ONU, Organização de Xangai. No meio bilateral, à Índia busca por vias diplomáticas boas relações com grandes e médias potências, além da predileção aos países irmãos, emergentes.

Em síntese, a Índia, que é marcada por sincretismos e pluralismos domésticos, busca promover seus interesses na ordem internacional, se posicionando como um ator neutro e pacífico, mesmo que seu histórico seja de uma nação intervencionista. Utiliza-se o poder de atração a fim de instituir-se relações diplomáticas que reforcem a sua neutralidade, democracia e a noção de conduta não-violenta, estabelecida por Gandhi no movimento de independência da Índia.

## 2.2. BRASIL

Factualmente, o Brasil teve sua independência da condição de colônia portuguesa em 1822, percebendo, a partir deste momento, um impulso ao reconhecimento de seus interesses pátrios. A transição de Monarquia à República, em 1889, representou um importante momento para a feitura da nação brasileira à época, buscando perceber os interesses nacionais, físicos e abstratos deste recente Estado-nação.

O Brasil, como reitera Darcy Ribeiro (1995, pp. 19-22), é uma congruência de povos europeus, índios silvícolas e negros africanos, que ao se fundirem criaram a identidade desse “novo povo”, e considerado novo por terem gerado uma etnia nacional diferente das matrizes formadoras. O Brasil assumiu um caráter mestiço, sincrético e singular que corroborou à consolidação da uni étnica identidade brasileira.

Subjacente à uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu [...] O povo nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. (RIBEIRO, 1995, p.23)

O Brasil está fisicamente inserido em uma realidade de localização geográfica sul-americana. É um país-continente, pela sua escala territorial de cerca de 547.000 km. É composto pela demografia, economia e recursos naturais expressivos. Desse modo, a identidade do Brasil é expressivamente composta pela dimensão “corporal” que denota naturalmente seu ofício internacional pela sua potencialidade em recursos físicos, materiais e humanos.

À vista de tais aspectos, o Brasil participa naturalmente de numerosas esferas do convívio internacional, pois possui uma vocação globalista a qual é impulsionada pelo seu gigantismo físico, que é incorporado mediante uma identidade igualmente prodigiosa por ser diversa, pluralista, multiétnica, integrada culturalmente e eclética. Portanto, agindo dentro da lógica que lhe é conferida de potência continental de importância regional.

Em termos de construção em política externa, após o período inicial da instituição e reconhecimento das capacidades nacionais brasileiras, o Brasil tateou novos desafios quanto à autonomia decisória. Com o impulso à modernização e mudanças na sociedade brasileira do século XX, o momento seguinte a 1930 demandava um novo molde de Estado e economia além



dos moldes liberais tradicionais da Europa. Houve, portanto, com a Revolução de 1930, uma ruptura com o modelo de nação que buscava se desenvolver à margem da Europa.

A política externa a partir de 1930-1940 protagoniza uma mudança no Brasil, mas também na movimentação latino-americana das relações internacionais, apresentando congruências que denotam o modelo de inserção internacional operado à época. Portanto, os seis pontos de congruência destacados por Cervo (2008) são: diplomacia econômica nas negociações internacionais; promoção da indústria como forma de saciar as demandas sociais; abstração da submissão para alçar-se à autonomia decisória; desenvolvimento assertivo como forma de deter as disparidades internacionais; consolidação do nacionalismo econômico, se equiparando às grandes potências.

As técnicas adotadas para atingir o propósito de ampliação da comunicação do país, em questões internacionais, não foram constantes e se adaptaram a particularidades de distintos contextos internacionais e preferências de forças políticas internas. A começar por 1960, com o início da Política Externa Independente (PEI), a probabilidade de desenvolver com os Estados Unidos relações que ampliassem os recursos de quantidade alegórica no espaço regional deu lugar ao globalismo (Pinheiro, 2004).

Contudo, este modelo de fazer política externa e se inserir internacionalmente durou cerca de 60 anos, pois foi lançado e definido seguidamente à depressão do capitalismo, mas foi sendo aperfeiçoado nas décadas seguintes, precisamente até 1989.

Na década de 1990, em toda a América Latina, elegeram-se presidentes neoliberais, assim “triunfa, pois, o monetarismo sobre o estruturalismo no pensamento e práxis” (CERVO, 2008, p. 77). O pensamento neoliberal penetra a realidade latino-americana, através dos neocepalinos, que propunham uma simbiose entre globalização e regionalização, ou melhor, integração regional para controlar os problemas comuns de ordem da política econômica e política externa, que implicou na criação de um Mercado Comum do Sul, MERCOSUL.

De certo modo, esse momento representa uma ruptura com o modelo de desenvolvimento. Contudo, a busca pela liberalização na política externa brasileira, trouxe uma desestabilização econômica como jamais vista, isto é, a abertura econômica teve um impacto negativo. Entretanto, tal mudança repercutiu positivamente nas taxas de crescimento da região nas primeiras décadas do novo milênio.

A virada do milênio, com a internacionalização econômica dos empreendimentos públicos e privados, integração às cadeias produtivas internacionais e o investimento direto no exterior foram os fatores basilares para a alçada da inserção internacional do Brasil como

potência emergente. O Brasil inaugura o Estado estrategista que cresce no poderio global, por meio da adaptação de sua política exterior à interdependência global do século XXI.

Embora o avanço no mundo internacional, o Brasil ainda intenta enfrentar velhos dilemas, como a desigualdade social da sociedade brasileira. E por isso, também o Brasil ostentou, como opção estratégica de inserção internacional e política exterior, uma aproximação com os países emergentes como os vizinhos sul-americanos, pelo MERCOSUL, e os grupos políticos como o BRICS, IBAS, G20+ e G20.

Desse modo, implementando a prática da internacionalização na sociedade, nas empresas e em suas estruturas nacionais, o Brasil despontou como uma potência emergente com vocação global. Assim, o Brasil busca permear as disparidades arcaicas das instituições hegemônicas do Sistema Internacional, o que permite uma pretensão das potências emergentes como *players* do ordenamento global.

Portanto, este pequeno acesso à identidade nacional, internacional, política externa e aspirações propiciam a compreensão dos conceitos formadores da política exterior e seus princípios. Assim, a política externa e política exterior dos emergentes é, de fato, influenciada pelos processos históricos de cada nação, portanto, pela identidade de um povo e os fatores que a compõem, como o desígnio à mediação internacional.

### 3. O PAPEL DA MEDIAÇÃO DOS EMERGENTE PARA A ORDEM INTERNACIONAL

O diplomata Giovanni Botero, ainda em 1589, escreveu sobre a essência do que ele entenderia como a potencialidade do meio, em termos diplomáticos. Em síntese, Botero traduz que Estados “do meio”, ou intermediários, participem de ambos extremos, exercendo com sensibilidade o exercício da busca pelo meio termo, ou mediação harmônica.

A mediação, em termos semânticos, diz quanto ao intermédio, meio termo, entre partes. O meio termo, que também é conhecido por meio termo aristotélico, é uma fórmula de justiça idealizada por Hans Kelsen (1998) que transforma as conjunturas diplomáticas a favor da legitimidade comum na articulação de consensos. A corriqueira atividade de *locus standi* ou o exercício da possibilidade de harmonia, faz de um Estado um *tertius-inter-partes*, mediador entre grandes e pequenos no plano multilateral.

O chanceler Saraiva Guerreiro afirma que os Estados que conseguem articular consensos não possuem um excedente de poder, atração cultural, economia e política, e por isso precisam construir sua presença internacional com base na confiança que se expressa na coerência da mediação.

De fato, a mediação, partindo de países emergentes, exerce um papel desafiador no plano da ordem internacional, a necessidade em se explorar as ações de mediação traz conveniências. É claro que o sucesso ou insucesso não cerne somente do talento diplomático dos países emergentes, mas depende da atmosfera das negociações, tensões, controvérsias nos cenários internacionais.

A estratégia de mediação não é uma novidade no comportamento externo dos Estados. Com distintas denominações, este tipo de estratégia é inspirada por crenças que marcam a determinante externa da ordem mundial. Contudo, o uso da mediação pelas nações emergentes como estratégia de inserção possui caráter dúplice, por um lado busca desenvolver e garantir a autarquia do país para suas escolhas externas, especificamente as relacionadas à estratégia de progresso; por outro lado, procura-se uma melhoria do país na relação integral.

A percepção da projeção de poder além dos recursos materiais, contempla a estratégia de mediação. Para a ordem internacional, a articulação entre partes orienta técnicas distintas de colocação externa. Nessa perspectiva, as generalidades subjetivas seriam conquistadas na condição estrato regional com a preservação de relações especiais e com um polo de quantidade em melhoria. Na condição estrato integral, fundir os princípios de desempenho externo que

caracterizariam o comportamento do país contribuiriam para reforçar a fama externa e as capacidades de atuação por meio da certeza e do convencimento.

Com base nesse recebimento cristalizaram-se linhas de desempenho que podem ser vistas como um comportamento de mediação, como a não interferência, a saída pacífica de controvérsias e o respeito ao direito externo. Além dessas, outras táticas foram incorporadas: a intervenção da autodeterminação dos povos; a excelência do treinamento e caracterização de negociação dos quadros diplomáticos; e, por fim, a força de construção da imagem de países representativos que, em ofício da massa e de outras qualidades econômicas e sociais, seria capaz de praticar como conexão entre os países pobres e as potências ocidentais.

As técnicas adotadas para atingir o propósito de ampliação da comunicação dos países em questões internacionais não foram constantes e se adaptaram a particularidades de distintos contextos internacionais e preferências. Abrindo caminhos para a determinação ou estreitamento de relações com países fora do baluarte Europa/sistema interamericano, facilitando a exibição externa dos países.

Durante a declaração de Sanya do BRICS, abril de 2011, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul citaram que era preciso levar em consideração a voz dos países emergentes e em desenvolvimento nos temas internacionais. De fato, o papel dos emergentes, quando em ofício de mediação, é de dar vazão à boa governança e a democraticidade dos processos decisórios em nível global.

### **3.1. A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MEDIADORA INTERNACIONAL**

Na coletividade contemporânea, as interações entre pessoas e nações geram uma variedade de intercâmbios, caracterizando a metáfora da “aldeia global”, províncias, regiões e nações, bem como culturas e civilizações, são atravessadas e articuladas umas pelas outras (IANNI, 1997). De fato, é possível perceber neste lugar comunitário, arena internacional, o processamento de padrões identitários e culturais, que dão significado à construção de atributos internacionais coletivos, como a mediação.

Na perspectiva individual, o ser é dotado das capacidades, de percepção e de atuação, sendo o centro primordial do “eu”, a identidade. Em compensação, na inclusão internacional, a identidade do predisposto se caracteriza por meio da correlação deste com outros indivíduos,

da comunicação de princípios, perspectivas, linguagem e cultura dos mundos habitados, enlaçando a identidade doméstica à externa.

Portanto, a construção de uma identidade internacional, capaz de desenvolver características mediadoras, nesta inclusão, preenche o lugar entre o interior e exterior, entre o mundo único e o mundo público. A identidade costura o predisposto à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando os dois reciprocamente mais unificados e previsíveis (HALL, 1998).

O nível de análise construtivista, permite que se adentre a significância do contexto que rege as ações internacionais, dentre elas a mediação. Deste modo, imergindo a um ponto de vista intersubjetivo das interações sociais entre os Estados, percebendo os movimentos relacionais e, principalmente, como é construída a nova lógica destes países emergentes no equilíbrio da ordem mundial.

Assim, memorando a concepção de que interações entre Estados, seja no âmbito macro ou micro, multilateral ou bilateral, possam vir a recair uma identificação ou identidade coletiva, que gera interesses coletivos. Desta forma, a análise da política exterior, política externa, interesses nacionais e aspirações do Brasil e da Índia, na posição de países emergentes, alastra a percepção da convergência de propósitos desses atores.

A convergência de propósitos é traduzida pela identidade coletiva entre Brasil e Índia, com características inerentes da identificação internacional de cada uma dessas nações. Os desafios semelhantes dos países emergentes e em desenvolvimento se apresentam nas matrizes de políticas e nas ações empreendidas no exterior. Portanto, as construções sociais que formam a identidade mediadora do Brasil e da Índia, podem ser reconhecidas como congruências que afluem através de diversos fluxos da realidade social, que é traduzida em realidade internacional.

A alçada pela reordenação do poder mundial, partindo da pressuposição da importância dos países emergentes na mediação e no poderio mundial, denota a percepção das habilidades e dos benefícios da mediação internacional emergente. A exemplo, os países emergentes, valendo-se da identidade mediadora, ostentam como estratégia nos processos decisórios internacionais a premissa do trânsito entre os dois mundos.

Levando em consideração os diversos conceitos formuladores da identidade internacional de um Estado-nação, é coesa a percepção de que há uma identidade mediadora em potências emergentes, como Índia e Brasil. Assim, tal identidade mediadora consegue dispor da função de costurar a lógica das potências emergentes a um Sistema Internacional

assimétrico e busca redesenhar o ofício que estas nações desempenham para o funcionamento das relações internacionais.

### **3.2. BRASIL E ÍNDIA, A CONGRUÊNCIA DOS EMERGENTES MEDIADORES**

Há pouco tempo, várias pesquisas têm assentado para uma solidificação da cooperação emergente para uma maior difusão nos polos estratégicos globais. Porém, o ponto de perspectiva é a atual ordem internacional, que reflete uma combinação de um acerto de grandes potências e de estruturas emergentes.

As posições de potências do sul global como o Brasil e Índia, que estão por um lado entre o centro e o perímetro da atual ordem e, por outro, no nexos das políticas externas e regionais, demandam técnicas especialmente complexas. Abordagens estratégicas precisam observar ao menos dois elementos contextuais: primeiro, a grandeza de atores globais estabelecidos e emergentes, em termos de quantidade material; de acordo com, o feito das questões regionais e globais estarem cada vez mais inter-relacionadas; e o feito das técnicas serem mapeadas em correlação a um sistema externo que se move de uma ordem unipolar para uma multipolar.

Brasil e Índia compartilham semelhanças e interesses comuns por serem "grandes países periféricos", o que os distingue radicalmente dos países médios e pequenos da periferia. Grandes países periféricos seriam aqueles países não-desenvolvidos, de grande população e de grande território contínuo, não-inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica (GUIMARÃES, 1998, p. 9).

No entanto, como já mencionado, Brasil e Índia dotam-se de uma identidade emergente comum, todavia, a congruência entre os dois países é demasiadamente vasta. Portanto, a amplitude da parceria é a raiz da compreensão do porquê da coadjuvação, partindo de diversos espectros. Alguns pontos são memoráveis, o primeiro deles é quanto a sinergia de aspirações e posicionamentos.

Igualmente, há uma sinergia em interesses que exemplifica a parceria, seja no plano comercial, de investimentos e atração econômica, seja em temas setoriais sociais a fim da superação das mazelas domésticas. A principal fonte da parceria entre Índia e Brasil é intergovernamental, mas é preciso considerar o papel da cooperação entre forças societárias e não governamentais, mesmo que em âmbito externo o peso expressivo da parceria seja entre governos.

A compilação das congruências e do desejo político dos governos, faz com que a parceria entre Índia e Brasil seja tático-estratégica, comportando as divergências, dando sentido à ação coletiva entre os países, e solidificando a estrutura da parceria.

### **3.2.1 A ATUAÇÃO MULTILATERAL ÍNDIA- BRASIL**

Para países emergentes, a possibilidade de buscar suas aspirações nas instituições multilaterais gera legitimidade e confiabilidade ao multilateralismo, ratificando sua importância. A diplomacia emergente tem no multilateralismo um foco importante de trabalho tanto na perspectiva de reforma do Sistema Internacional, buscando uma maior participação dos países em desenvolvimento, quanto sua relevância para abertura negociada dos temas pertinentes a prosperidade dos países em desenvolvimento.

Na prática, os esforços cooperativos dessa natureza já se consubstanciam com a instituição de uma série de coalizões, com ênfase para as instâncias multilaterais, como o IBAS, BRICS, G-4, G-20, BASIC, Aliança Solar Internacional além de ampla atuação em organizações como Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio. A competência de objeção indiana e brasileira pode ser observada, por meio da análise da articulação entre Índia e Brasil e o papel de liderança que ambos os países vêm desempenhando no sentido de torná-las possível.

O marco dos esforços multilaterais da coalização Índia-Brasil, ainda que pareçam difusos, estão cada vez mais claros e congruentes no cenário internacional. A exemplo do G-20 e da Organização Mundial do Comércio, a coalizão parece difusa, pois Brasil e Índia possuem interesses diversos na temática da agricultura, enquanto o Brasil se encontra com uma ótica ofensiva, a Índia possui um escopo defensivo. Todavia, mesmo com a disparidade de concepções, conseguem atuar coadjuvadamente, desenvolvendo uma parceria eficaz na empreitada por diminuição de subsídios no setor agrícola internacional.

Ainda, a atuação indo-brasileira foi primordial para a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), na década de 1960, no sentido de dar voz aos países em desenvolvimento. Também na perspectiva das prerrogativas indo-brasileiras, foi instituído o G-77, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de sensibilizar para a agenda do Terceiro Mundo. Igualmente, Brasil, Índia e outros membros, são líderes na formulação de proposições em organizações financeiras internacionais, a exemplo do Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a semelhante finalidade de erradicar privilégios financeiros às nações desenvolvidas.

Em 2001, na Rodada de Doha, os países como Índia e Brasil, em desenvolvimento, buscaram coordenar suas ações para contrapor a intimidação de países ricos. Todavia, essa pauta foi institucionalizada de melhor maneira na reunião de Cancún, em 2003, onde os países se propuseram a analisar os temas econômicos referentes aos países em desenvolvimento, instituindo o G-20.

Outra coalizão política indo-brasileira, e outros membros, instituída à margem do senso de inserir os países em desenvolvimento e emergentes nos processos globais, foi a coalizão G-4 para a reforma no Conselho de Segurança, uma vez que Índia e Brasil buscam adquirir uma posição permanente no Conselho, em razão do importante papel que exercem no plano regional e global.

O Fórum permanente IBAS e os grupos BRICS e BASIC, são produtos dos esforços orgânicos de integração dos emergentes, pretendendo adentrar o diverso conjunto de agendas e interesses comuns. Com ênfase às relações comerciais, segurança, imigração, fome, epidemias, questões sociais e ambientais. Essas instituições apresentam um grau de conciliábulo entre os membros, que os impulsiona a contestar a definição da agenda internacional partindo do mundo ocidentocêntrico.

Ainda sobre a convivência multilateral, ambos países possuem um papel notório no espaço regional, sendo Estados centrais nos blocos regionais aos quais fazem parte. Tanto no MERCOSUL em referência ao Brasil, quanto a ASACR com a Índia. Portanto, o Brasil possui um papel regional importante na América do Sul e América Latina, assim como a Índia possui um papel regional notório na Ásia meridional e Ásia do Sul; na atuação multilateral regional, mostram-se essencialmente pacíficos, com algumas exceções, revelando uma aspiração à paz através do multilateralismo.

A determinação indo-brasileiro durante o século XXI é acertada pelas ações coordenadas nos espaços multilaterais, pela procura de parcerias estratégicas, pelo pragmatismo, pelo progresso e prosperidade na colocação externa, similarmente, pela priorização de uma correlação bilateral harmônica.

Observa-se que ao longo deste tempo a convergência entre os dois países no plano multilateral, nas proposições relativas à segurança, comércio, sociedade, houve uma assessoria ativa. Com efeito, a lógica da constituição da parceria Índia-Brasil demanda explicação que vá, simultaneamente, no sentido de uma compreensão mais profunda e sistemática dos interesses de ambos os países e de outros, para além das questões multilaterais.



### 3.2.2 A ATUAÇÃO BILATERAL ÍNDIA- BRASIL

As relações bilaterais entre Índia e Brasil se deram em 1948, pouco depois da independência da Índia, com a criação da embaixada brasileira em Delhi e o estabelecimento da delegação indiana no Brasil. Em 1968, foi estabelecido o acordo de comércio, com a passagem da primeira-ministra indiana Indira Gandhi no Brasil.

Além do Brasil, a primeira-ministra Indira Gandhi visitou outros nove países da América Latina; aspirava com esta movimentação aumentar a legitimidade ao Movimento dos países não alinhados (MNA), liderado pela Índia, retirando-se do conhecimento de que todos possuíam as mesmas convicções. No entanto, o Brasil não aderiu formalmente ao movimento (PIMENTEL, 2008).

Porém, Brasil e Índia assumiram a mesma opinião em oposição ao Tratado de Não-Proliferação (TNP) de armas nucleares. Para o Brasil, o combinado representava estagnação da distribuição de poderio mundial, enquanto que, para a Índia, era uma forma de não deixar a epidemia de conhecimento e tecnologia para os países subdesenvolvidos (LIMA, 2005).

A desagregação entre os dois países pôde ser revelada, internamente, pela predileção de modelo desenvolvimentista empregado pelos dois, no qual o florescimento aparecia retrógrado, uma vez que o Brasil, em 1964, aliou-se aos Estados Unidos, e a Índia, no início da década de 1970, assentiu a uma aliança com a URSS, diminuindo dessa forma, as chances de intensificação das relações bilaterais entre os dois países.

O amparo e a conservação, durante todo o período da Guerra Fria, de um não-alinhamento, que visava a intervenção pragmática dos interesses da Índia, mantendo-se equidistante das disputas ideológicas promovidas pelas duas grandes potências hegemônicas daquele tempo, acabou ficando numa maior afinidade da Índia com Moscou.

Essa afinidade foi aquecida por alguns Tratados de Comunicação entre Índia e URSS, a malogro do tratado assinado em 1971, que previa a duração de 20 anos. Neste mesmo ano de 1971, a Índia lançou seu primeiro astro artificial e poucos anos em seguida, em 1974, explodiu seu primeiro posto atômico. De acordo com algumas lideranças nacionalistas, essa seria a hora para a Índia permitir início a um projeto nuclear acelerado, se aproximando da China, mesmo que esta simulação provocasse descontentamentos e contenciosos internacionais (GUIMARÃES, 2009; PRAKASH, 2005).

Todavia, em 1985, é estabelecido o acordo sobre cooperação nos campos da Ciência e Tecnologia. Contudo, na década seguinte, 1990, com a abertura à liberalização econômica em ambos países, as relações políticas e econômicas se intensificaram, o que culminou no estabelecimento da parceria estratégica entre Brasil e Índia, no século XXI.

Além do feito satisfatório que os índices comerciais apontam, a coadjuvação entre Brasil-Índia exibe uma boa perspectiva no que tange as assinaturas de Práticas Bilaterais. Esses envolvem várias proposições, por exemplo Acordos de Coadjuvação Cultural, Explicação Conjunta para Coadjuvação Científica e Tecnológica, Coadjuvação entre as Academias Diplomáticas, Coadjuvação na especialidade de Assentamentos Humanos, Coadjuvação em Conteúdos Relativos à intervenção, entre outras matérias, incentivando uma nova construção na história do relacionamento bilateral entre os países.

### **3.3. OS DESAFIOS DE RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL**

A ordem internacional hodierna, mostra-se por meio da governança global, como um esforço à solução de problemas comuns por meio da multilateralização. Este processo global tende a um espírito de regência que busque produzir resultados eficazes. Os desafios conduzidos pela intensificação dos processos, no século XXI, refletem na composição da governança global no Sistema Internacional.

Isto posto, nota-se que as desigualdades e disparidades, presentes no processo decisório global, tendem a impulsionar a retração das nações em vias de desenvolvimento, justificada pelo despertar de uma desconfiança quanto ao jogo de interesses, delimitação estrita da agenda contemporânea e a relevância de seus temas. Dada a desigual participação dos Estados-nação nas decisões tomadas nas estruturas existentes de governança da ordem.

Portanto, uma das motivações, e desafios, da empreitada da identidade coletiva indo-brasileira é a de reforma da ordem, reequilíbrio do sistema e inclusão aos processos. Uma tentativa à transcendência da inferioridade terceiro mundista que assola as nações emergentes. A atuação, multilateral e bilateral, incisiva dessas nações validam as suas qualidades pátrias e relacionamento com o exterior.

Naturalmente, o Sistema Internacional contempla um deslocamento de poder e ascensão de fenômenos, como os emergentes. A parceria Índia- Brasil, deu-se passo a passo, procurando definir o mundo exterior de acordo com seus eixos. Com a afoiteza de usufruir as oportunidades e combater as assimetrias do processamento de relações entre nações. A fim de dar vazão a um

desenvolvimento que se sustente, para transformar as necessidades internas em capacidades externas, como cita Lafer (2013).

Segundo Stuenkel (2018), um dos desafios da reconstrução se encontra justamente pela configuração desproporcional ocidentocêntrica da disposição das regras que são incorporadas pela ordem global contemporânea. Pois, a versão dos fatos é contada por uma ótica que separa o ocidente do restante.

De fato, o pleito de nações emergentes à participação mais ativa na ordem global é um movimento porta voz do "resto". Contudo, ainda que seja difícil dizer que esse aprofundamento, como método logístico de inserção, consiga reverter a assimetria internacional, mas o fato é que mesmo desafiador, o sistema, moderno, não existe sem a interação com as nações emergentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito das ostensivas dissemelhanças e semelhanças entre Brasil e Índia, a circunstância que deve ser mensurada é que os dois países compartilham uma sucessão de característica e interesses da mesma mescla de categoria analítica, a de países emergentes. Esse cenário é promissor ao empreendimento da atuação internacional comum entre o Brasil e a Índia.

Portanto, com este trabalho é perceptível que cada vez mais, os dois países do estudo, buscam transcender as meras identificações de emergência, subdesenvolvimento, posição ao sul, território, população, com o propósito de transformá-las em estratégia de inserção internacional. Mesmo que a relação entre Brasil e Índia muitas vezes seja notória em fenômenos comerciais, contudo, os países tentam ampliar o carácter política e social da parceria para uma cooperação emergente.

Portanto, o prognóstico da atuação indo-brasileira é pautado por uma tendência à complementaridade, entre si e na atuação multilateral. Todavia é coerente lembrar que a vontade política é um fator fomentador do desenvolvimento de estratégias em nível internacional. Logo, os governos, tanto indiano quanto brasileiro precisam considerar os desígnios pertinentes às suas relações internacionais para uma exitosa atuação comum.

A cooperação entre Índia e Brasil impacta o futuro do papel dos países emergentes, ainda que o fenômeno demande por ajustes. Por possuir tais atributos em sua identidade internacional e identidade coletiva, os dois emergentes permeiam com sutileza entre as esferas desenvolvidas e em desenvolvimento, exercitando seu papel como uma potência mediadora, articulando os consensos, a fim de iluminar sua presença internacional através da diligência à harmonia internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYMARD, A., AUBOYER, J. **Historia Geral Das Civilizações**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1977.

BANCO MUNDIAL. **India development indicators database**. World Bank, 2019. Disponível em:

<<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=IN&view=map&year=2017>>. Acesso em fev 2019.

BANCO MUNDIAL. **World development indicators database**. World Bank, 2018. Disponível em:

<[https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2017&locations=IN-BR&name\\_desc=false&start=1981&view=chart](https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2017&locations=IN-BR&name_desc=false&start=1981&view=chart)> .Acesso em fev. 2019.

BENACHENHOU, A. **Países emergentes**. Brasília: FUNAG, 2013.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOTERO, G. **Della Racione de Stato**. Roma: Donzelli editore, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Governança progressiva para o século XXI**. Brasília: Política Externa, 2000.

CARNEIRO, W. **Por uma teoria dos emergentes: países emergentes e segurança nas relações internacionais**. Universitas: Relações Internacionais, 2008.

CERVO, A.L. **Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GASSET; J.O. **El tema de Nuestro Tiempo**. Madrid: Revista Occidente, 1958.

GIDDENS, A; PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000

GUIMARÃES, L. **Política Externa e Segurança da Índia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBRAHIM, S. **South Asia : post-Nehruvian dynamics of diplomacy**. New Delhi, India : New Century Publications, 2013.

KELSEN, H. **O Problema da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**. Boston: Little, Brown. 1989.

KOSE, A., PRASAD, S. **Emerging Markets: Resilience and Growth Amid Global Turmoil**. Washington DC: Brookings Institution, 2010.

LAFER, Celso. **A Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIMA, M.R.S. **A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 2005.

LOKANATHAN, V. **India's Neighbourhood: The Armies of South Asia**. New Delhi: Pentagon Press, 2013.

MAHBUBANI, K. **The new Asian hemisphere: the irresistible shift of global power to the East**. New York: Public Affairs, 2008.

NYE, J. **Soft Power: the means to success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, A. **Índia: Estratégia e Política Externa**. In: Conferência Índia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2008.

OLIVEIRA, M. **Identidade Nacional e Intolerância Religiosa na Índia Contemporânea**. In: II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas. Dourados : Editora UFMS, 2006.

PIMENTEL, J.S. **Índia**. Brasília: FUNAG, 2008.

PINHEIRO, L. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PRABHAKAR, S., RAGHAVAM, V. **Maritime security in the Indian Ocean Region**:

**critical issues in debate.** New Delhi : Tata McGraw-Hill Pub, 2008.

PRAKASH, A. **Emerging India: Security and Foreign Policy Perspectives.** IDSA Fortieth Anniversary Commemorative Seminar, 2005.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil.** 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSENAU, J., CZEMPIEL, E. **Governance without Government: Order and Change in World Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SARAIVA, J.F.S. **História das Relações Internacionais Contemporâneas.** São Paulo: Saraiva, 2008.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

THE ECONOMIST. **Defining emerging markets.** Disponível em: <<https://www.economist.com/special-report/2017/10/05/defining-emerging-markets>> Acesso em mar. 2019.

VIOTTI, P., KAUPPI, M. **International Relations Theory.** New York: Longman, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O reconhecimento do Brasil como potência emergente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.